

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

TRANSPARENCY OF PUBLIC MANAGEMENT: ANALYSIS IN SMALL MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO SUL

TRANSPARENCIA DE LA GESTIÓN PÚBLICA: ANÁLISIS EN PEQUEÑOS MUNICIPIOS DEL RIO GRANDE DO SUL

Luana dos Santos Fraga, MSc

Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Brazil
luana.fraga92@gmail.com

Angélica Pott de Medeiros, MSc

Universidade Federal de Santa Catarina/Brazil
apm_angelica@yahoo.com.br

Kelmara Mendes Vieira, Dra.

Universidade Federal de Santa Maria/Brazil
kelmara@terra.com.br

Reisoli Bender Filho, Dr.

Universidade Federal de Santa Maria/Brazil
reisolibender@yahoo.com.br

RESUMO

A administração pública tem como base a integridade, a transparência e a accountability. Contudo, a transparência das informações nesse meio ainda é considerada incipiente. Utilizando-se deste argumento, o estudo teve como objetivo apresentar o nível de transparência pública da mesorregião centro ocidental rio-grandense, a qual possui 31 municípios, majoritariamente de pequeno porte, divididos em três microrregiões, a partir das informações disponíveis em seus *websites*. Para isso utilizou-se o Índice de *Disclosure* (ID), que remete à transparência das informações. Em termos de resultados, a média do ID foi de 0,37, indicativo do baixo nível de transparência dentre os municípios estudados. Os municípios de Santa Maria, Cacequi, Júlio de Castilhos e São João do Polêsine obtiveram os maiores ID, enquanto São Martinho da Serra, Mata e Formigueiro os menores índices. As informações mais encontradas nos websites foram referentes às informações gerais, como também os documentos considerados compulsórios.

Palavras-chave: Transparência; Índice de *Disclosure*; Gestão pública municipal.

ABSTRACT

The public administration has as bases integrity, transparency and accountability. However, the transparency of the information in this environment is still considered incipient. Using this argument, the study has as objective show the level of transparency in the public management of the mesoregion Western Center Rio-Grandense, which possess 31 municipalities, mostly small, divided in three micro region, starting from the information available on their websites. For this it was used the Disclosure Index (DI), which refers to the openness of information. In terms of results, the average DI was 0.37, indicative of the low level of transparency among the studied municipalities. The municipalities of Santa Maria, Cacequi, Julio de Castilhos and São João do Polêsine obtained the highest DI, while São Martinho da Serra, Mata and Formigueiro the lowest rates. The majority of the information found on websites were related to general information, as well as the documents considered compulsory.

Keywords: Transparency; Disclosure Index; Municipal public administration.



RESUMEN

La administración pública tiene como base la integridad, la transparencia y la accountability. Sin embargo, la transparencia de la información en este medio todavía se considera incipiente. El estudio tiene como objetivo presentar el nivel de transparencia pública de la Mesorregión Centro Occidental Rio-Grandense, la cual tiene 31 municipios, mayoritariamente de pequeño tamaño, divididos en tres microrregiones, a partir de las informaciones disponibles en sus *websites*. Para ello se utilizó el Índice de *Disclosure* (ID), que remite a la transparencia de las informaciones. En términos de resultados, el promedio del ID fue de 0,37, indicativo del bajo nivel de transparencia entre los municipios estudiados. Los municipios de Santa Maria, Cacequi, Júlio de Castilhos y São João do Polêsine obtuvieron los mayores ID, mientras São Martinho da Serra, Mata y Formigueiro los menores índices. La información más encontrada en los sitios web se refiere a la información general, así como a los documentos considerados obligatorios.

Palabras clave: Transparencia; Índice de *Disclosure*; Gestión pública municipal.

1 INTRODUÇÃO

O acesso dos cidadãos e órgãos fiscalizadores às atividades desenvolvidas pela administração pública é de grande relevância no contexto atual em virtude da situação política e econômica pelo qual o país está passando, incluindo também estados e municípios. Algumas vezes os gestores tomam decisões em benefício próprio em detrimento de toda a sociedade, o que acaba por influenciar nos resultados econômicos e sociais. Dessa forma, torna-se importante que ocorra transparência de informações entre as partes, onde os cidadãos possam visualizar as ações realizadas pelos governantes e tenha informações suficientes sobre a aplicação de suas contribuições.

O arcabouço teórico dessa discussão baseia-se na Teoria da Agência, de Jensen e Meckling (1976), objeto de discussão no campo do neoinstitucionalismo e uma das principais teorias que fundamentam a estrutura das relações de governança pública. Em geral, ela baseia seus pressupostos num contrato social tácito em que o principal (cidadão) encarrega o agente (gestor) de desenvolver alguma atividade de seu interesse.

Como contrapartida, os gestores devem garantir aos cidadãos acesso aos dados da execução orçamentária e financeira em páginas da internet, tratando-se assim de assegurar a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, dessas informações em meios eletrônicos de acesso público (PIRES; TIBALI; SOUZA, 2010). A prestação de contas deve proporcionar *disclosure*, conceito que remete à transparência das informações, especialmente as de alta relevância, que impactam nos negócios e que envolvem resultados, oportunidades e riscos (ANDRADE; ROSSETTI, 2010).

Contudo, esse processo ainda encontra-se em um estágio incipiente, em decorrência da presença de assimetria informacional (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009), que consiste no fato do agente possuir um conjunto maior de informações em comparação ao principal, sobre as características, atributos e resultados das atividades e serviços relacionados em determinada transação. Este fato pode induzir à busca por benefícios adicionais por parte do agente (FONTES FILHO, 2003).

Diante desse contexto, têm-se como objetivo avaliar o nível de transparência pública dos municípios pertencentes à Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, a qual é dividida em três Microrregiões, com base nas informações disponíveis em seus *websites*. Complementarmente, pretende-se: i) verificar se o índice de *Disclosure* possui correlação com a população (número de habitantes), Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice FIRJAN, Índice de Responsabilidade Fiscal e Social, receitas orçamentárias e número de empresas atuantes nos municípios (variáveis selecionadas com base na vasta

literatura existente) e ii) analisar se existe diferença significativa do Índice de *Disclosure* entre as três Microrregiões.

O presente estudo se revela de grande importância pelo fato de que em sociedades nas quais existe baixo nível de transparência na administração pública, são mais comuns abusos por parte dos agentes públicos, clientelismos e todo tipo de corrupção, resultando na utilização de bens públicos em benefício de uma minoria. Diversos estudos demonstram que nos países em que há menos transparência governamental, os indicadores de corrupção costumam ser consideravelmente mais altos (LEDERMAN; LOAYZA; SOARES, 2005). A inovação consiste na avaliação do nível de *disclosure* em municípios de pequeno e médio porte do Rio Grande do Sul, pois grande parte dos estudos concentra-se na análise em grandes municípios e em outros estados do país.

2 TEORIA DA AGÊNCIA E ASSIMETRIA INFORMACIONAL

A Teoria da Agência foi desenvolvida por Jensen e Meckling (1976) e baseia-se nos pressupostos da relação contratual, onde o proprietário, denominado principal, encarrega a outra parte (o agente) de representá-lo e desenvolver atividades em seu interesse, por meio da delegação de alguma forma de poder de decisão (JENSEN; MECKLING, 1976). Entretanto, conflitos podem surgir nessa relação, como: (i) divergência de objetivos entre principal e agente, (ii) dificuldade de monitoramento das ações do agente e (iii) atitudes diferenciadas em relação ao risco (CRUZ, 2010).

No setor público, de modo similar a uma organização privada, também há uma área de competição entre principal e agente. Visualiza-se essa situação na relação dos gestores e a sociedade, onde os cidadãos (no papel de principal, uma vez que são proprietários dos recursos públicos) não possuem meios suficientes e adequados para supervisionar todas as ações do gestor público (agente que recebeu por delegação o poder de gerir os recursos), que detém muito mais informações sobre os riscos, as oportunidades e os resultados da gestão do que o principal (LAMBRIGHT, 2008).

Verifica-se claramente a existência de uma relação de agência, em razão da existência de três premissas básicas, quais sejam (SLOMSKI et al., 2008, p. 133): 1) o agente (gestor público) dispõe de vários comportamentos possíveis a serem adotados; 2) a ação do agente afeta o bem-estar de ambas as partes, e; 3) as ações do agente dificilmente são observáveis pelo principal (cidadãos), o que leva à existência de assimetria informacional.

De acordo com Akerlof (1970), a assimetria informacional é inerente às relações de troca, e pode levar a ineficiência do mercado, possibilitando maiores ganhos para uma das partes envolvidas em determinada situação. Além disso, a existência de assimetria de informação, no caso entre o governo e a população, é um fator que dificulta a eficiência técnica dos gastos públicos (CAMPOS; PRADHAN, 1996; LEDERMAN; LOAYZA; SOARES, 2005).

Nestes termos, a assimetria informacional ocorre tanto pela incapacidade do principal monitorar o comportamento e o trabalho do agente, quanto pelos interesses conflitantes (CRUZ, 2010). Como os resultados do agente são avaliados em relatórios de desempenho e informações contábeis, o agente tende a revelar informação incompleta ou assimétrica, de forma que favoreça sua permanência e assegure seus interesses.

Normalmente no fluxo das informações públicas, a população gera recursos financeiros, por meio de tributos ao Estado, e o mesmo tem a função de gerir esses recursos com o intuito de manter a máquina estatal e

preservar os interesses dos cidadãos, além de continuamente almejar o bem-estar social, mediante a prestação de serviços públicos. Esses serviços devem vir procedidos de prestação de contas dos atos da gestão pública, sendo realizada de forma clara, transparente, completa e responsável (SILVA, 2009). Contudo, nem sempre isso acontece, incorrendo a assimetria informacional entre a prestação de contas prestada pelo Estado e a sociedade.

Esta situação só pode ser resolvida pela aproximação entre Estado e sociedade e pela presença de *accountability* dos agentes, eliminando e/ou minimizando assim a assimetria. A aproximação visa evitar os problemas relacionais entre os entes envolvidos, pois quanto maior o envolvimento da sociedade nos atos de governança, mais se espera uma gestão focada na eficiência, eficácia e efetividade da utilização dos recursos públicos. Além disso, como consequência, também se pode inferir a redução das práticas nefastas de corrupção que denigrem e afastam cada vez mais o estado do estabelecimento do tão almejado bem-estar social (BAIRRAL; FERREIRA; BAIRRAL, 2012).

2.1 Integridade, transparência e *accountability* na gestão pública

Os conceitos de integridade, transparência e *accountability* foram identificados pela Organização das Nações Unidas (ONU), como parte dos princípios fundadores da administração pública. Porém, esses princípios precisam ser expostos para serem praticados pelos governos dentro do Sistema das Nações Unidas e em todos os países que o integram (ARMSTRONG, 2005).

Quando se refere à administração pública, a integridade indica a honestidade no desempenho de suas funções oficiais, de forma a reprimir a corrupção e o abuso de poder. Neste sentido, a transparência caracteriza-se pelo amplo acesso a informações referente às decisões e desempenho no setor público. Já a *accountability* é a obrigação que os funcionários públicos têm de informar o uso de recursos públicos, sendo responsabilizado pelo não atendimento dos objetivos do desempenho declarado. Logo, a integridade, a transparência e a *accountability* estão relacionados, pois além da necessidade de se garantir a transparência, ressalta a importância de que essas informações disponíveis sejam claras e íntegras (SILVEIRA et al., 2013).

Ainda conforme os mesmos autores, no Brasil o Tribunal de Contas da União incentiva a integridade, a transparência e *accountability* como forma de aperfeiçoar a administração pública e busca fortalecer o relacionamento com a sociedade, para que o cidadão acompanhe as ações de governo. Nesse sentido, a legislação brasileira tem aumentado a variedade de documentos a serem divulgados pelas instituições públicas para facilitar o acesso à informação pelo cidadão.

Dentre alguns marcos legais a respeito, vale destacar a Lei nº. 4.320/64, conhecida como a Lei do Orçamento, que exige a divulgação dos resultados gerais do exercício, a partir de Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Variações Patrimoniais, pela União, estados, municípios e Distrito Federal. Com o objetivo de facilitar o acesso a esses documentos, a Lei nº. 9.755/98, instituiu a criação pelo Tribunal de Contas de uma *homepage* na *Internet*, intitulada “contas públicas”, para divulgar as informações dos entes da federação.

A Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei da Responsabilidade de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu as normas de finanças públicas na gestão fiscal em torno do planejamento e da transparência, como forma de prevenir os riscos e corrigir os desvios que afetam o equilíbrio das contas públicas, cumprindo as metas de resultado das receitas e despesas. Como forma de regulamentar o que foi defendido pela Constituição, a Lei n. 12.527 de 18 de Novembro de 2011, conhecida como Lei do Acesso à

Informação, estabeleceu procedimentos para assegurar o acesso à informação seguindo os princípios básicos da administração pública. De modo geral, essas leis têm como objetivo expor à sociedade a forma como a gestão pública arrecada e aplica os recursos, de modo que atenda a pretensão da população, com isso qualquer cidadão tem o direito subjetivo de obter acesso às contas públicas.

Porém, cumprir estas determinações tem sido um problema, principalmente para municípios menores, pois a Lei da Transparência gerou a abertura de algo que até então era muito protegido pela maioria dos cofres públicos (VIEIRA, 2011). De acordo com Cruz e outros (2009) a transparência da gestão pública está em estágio incipiente, dado que as divulgações dessas informações estão inseridas em um ambiente político e cultural marcados por ideologias e interesses diversos.

2.2 Panorama da gestão pública municipal no Brasil

Ao longo dos últimos trinta anos, a gestão pública municipal vem se destacando na discussão sobre políticas públicas, principalmente, devido ao rearranjo da atribuição dos municípios em relação ao fornecimento de bens e serviços aos munícipes em decorrência do federalismo fiscal e da Constituição Federal de 1988 que representaram os marcos para o processo de descentralização administrativa, financeira e social dos municípios. Sobre isso, Souza (2004) enfatiza que torna-se fundamental, neste novo cenário, aprofundar o conhecimento sobre finanças públicas municipais dado que os recursos à disposição da esfera local influenciam não só a governança local, mas também o provimento de serviços públicos. A partir disso, conforme destacam Veloso et al. (2011), neste novo regramento federativo, a gestão fiscal torna-se processo central na capacidade de implementação das políticas públicas desses entes da federação.

Neste processo, a participação dos municípios no total de tributos arrecadados elevou-se para cerca de 20%, porém a distribuição assimétrica dos tributos segue sendo pauta recorrente de questionamentos desses entes (FAMURS, 2017). Apesar deste crescimento, os municípios apresentam elevada dependência de recursos de transferências governamentais, ao passo que, apenas 61 dos 5.565 municípios possuem receitas próprias suficientes para cobrir as despesas de custeio; por outro lado, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) constitui-se na principal fontes de recursos para cerca de 80% dos municípios (BREMAEKER, 2011; FIRJAN, 2015).

Ainda, a despeito do contexto em que ocorre a gestão municipal, aproximadamente 70% dos municípios brasileiros são de pequeno porte, com população inferior a 20.000 habitantes (IBGE, 2011). Assim sendo, ao mesmo tempo em que a participação no total de recursos aumenta, eleva-se também a importância do acompanhamento da gestão desses recursos. Allebrandt (2002) destaca que, especialmente em municípios de pequeno ou de médio porte, as exigências em relação as demandas dos munícipes são cobradas mais frequentemente, haja vista a proximidade entre os cidadãos e os governantes.

Tendo em vista essa proximidade com o contribuinte, considera-se de suma importância que a população acompanhe a aplicação dos recursos públicos pela gestão municipal. Isso permite que os cidadãos usufruam dos impactos esperados pela descentralização administrativa, dos quais pode-se destacar a expansão da oferta e a melhoria da qualidade dos bens e serviços públicos (FIRJAN, 2015).

Um diagnóstico da atual gestão pública municipal, visando avaliar o nível de qualificação e os entraves ao fortalecimento institucional foi realizado por Veloso e outros (2011), encontrando resultados que apontaram

que a gestão financeira possui um papel importante na maioria dos municípios, pois muitos deles possuem setores e secretarias exclusivas à área. Apesar disso, quanto aos recursos humanos, na área de gestão financeira percebe-se a ausência de treinamento e de qualificação dos funcionários.

Já em relação a área de tecnologia da informação, observa-se que grande parte dos municípios pequenos não possuem estrutura exclusiva, optando pela terceirização desses serviços. Além disso, a informatização mostra-se presente nos processos de gestão financeira e destaca-se que esse fator favorece a transparência nas atividades da gestão pública, refletindo na agilidade do atendimento das demandas institucionais e da população. Combinado a isso, foi constatado a participação da comunidade na tomada de decisão por meio da elaboração do plano plurianual e do orçamento.

2.3 Revisão da literatura

A partir do checklist desenvolvido por Avelino e outros (2011), Queiroz e outros (2013) obteve o Índice *disclosure* dos municípios do Rio Grande do Norte, utilizando a Correlação de Pearson e Spearman, utilizando as variáveis: número de habitantes, receita arrecada, e Índice FIRJAN. O estudo verificou o baixo nível de *disclosure* nos municípios, a fraca relação do ID com as variáveis população e receita arrecadada, além de correlação moderada com o índice FIRJAN. Também pode-se constatar que municípios com maior nível de desenvolvimento socioeconômico tendem a divulgar mais informações.

Abordando os seis maiores municípios do estado de Minas Gerais, Leite Filho, Andrade e Colares (2014), avaliaram os níveis de transparência baseado nos princípios de *disclosure* da informação contábil, de acordo com INESC (2012) e Nossa (2002). Foi observado que o nível de transparência da gestão fiscal pública municipal estava relacionado com o número de habitantes e com o nível de desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Com base no ITM (Índice de Transparência dos Municípios), apresentado por Biderman e Puttomatti (2011), na avaliação da transparência dos sites dos municípios na *Internet*, Souza, Boina e Avelar (2013) avaliaram os municípios brasileiros de médio porte, com base em estatística descritiva, teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis e Coeficiente de correlação de Spearman. O ITM mostrou-se relativamente baixo, e as variáveis relacionadas ao desenvolvimento comercial e ao porte do município, além do nível de serviços oferecido à população apresentaram relações significativas com alguns itens do ITM.

Em relação às Capitais Estaduais, Prado e Loureiro (2006) perceberam que a transparência não está relacionada à capacidade orçamentária dos municípios, nem a fatores ligados ao IDH-M, mas sim a fatores político-institucionais, os quais influem mais decididamente na transparência. Com base no Índice de transparência de Los Ayuntamientos (ITA), Cruz et al. (2012) pesquisaram 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e constataram baixos níveis de transparência, além da existência de associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública.

Outros estudos, trataram a temática em nível municipal, como Pires, Tibali e Souza (2010) que investigaram a transparência da gestão fiscal pública com base na *web* de 26 municípios da região central do estado de São Paulo; Cruz, Silva e Santos (2009) nos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro; Sacramento e Pinho (2004) em seis municípios da região metropolitana de Salvador. Esses estudos indicaram

baixos níveis de transparência da gestão fiscal pública, além de que os maiores municípios, com melhores indicadores socioeconômicos apresentaram os maiores níveis de transparência da gestão fiscal; contudo, sugerire-se que há muito ainda o que fazer para que a transparência estimulada pela LRF se concretize.

Em âmbito estadual, destaca-se o trabalho de Avelino e outros (2011), que buscou construir um índice de *disclosure* dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina foram os que apresentaram o maior índice (72%). Verificou-se que cerca de 24% das variações que ocorreram com o índice de *disclosure* são explicadas pelas variações no número de habitantes e no volume de recursos arrecadados das entidades analisadas. Outro estudo é o de Pinho (2006), o qual avaliou dez portais de governos estaduais e concluiu que o uso da *internet* na *accountability* brasileira é limitado. As razões reuniam a centralização política tradicional das informações públicas, a alta seletividade dos governantes quanto à disponibilização das informações e também a carência de interatividade e diálogos.

3 METODOLOGIA

A amostra é composta pela Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, formada pelas Microrregiões de Santa Maria, Restinga Seca e Santiago, perfazendo 31 municípios. Trindade (2009) argumenta que a região é constituída por em sua maioria por pequenos municípios com características de zona rural, exceto Santa Maria, que possui características distintas do entorno. O interesse em investigar essa região se deu pelo fato de a mesma estar localizada no centro do estado e ser composta em maior parte por pequenos municípios, diferenciando-se assim dos estudos até então realizados, que em grande parte analisam municípios de maior porte e mais desenvolvidos.

Dos 31 municípios estudados, todos possuem *websites*. Assim, as informações foram obtidas por meio de consulta individual aos *sites*. Com o intuito de verificar o nível de transparência dos municípios foram calculados os índices de *Disclosure* (ID). Este índice está associado ao conceito de transparência, podendo ser definido como a disseminação de informação relevante e confiável acerca do desempenho operacional e financeiro de um órgão.

Foi aplicado o *checklist* baseado em Avelino e outros (2011). O instrumento está dividido em cinco seções de informações, as quais elas: Visão Geral; Informações Adicionais; Relatórios Adicionais; Situação Física e Financeira e Informações Ambientais. Para construção do índice de *disclosure* (ID), determinou-se nota 1 (um) para cada um dos quesitos que foram divulgados pelo município, e nota 0 (zero), caso contrário. Com base nisto, os pontos foram ponderados pela pontuação máxima – 32 (trinta e dois) pontos.

Com intuito de examinar se há relação entre o tamanho e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios com o ID, foram definidas sete variáveis (Tabela 1), sendo os dados coletados entre os meses de junho e julho de 2015.

Tabela 1 – Variáveis independentes, definições, autores que já utilizaram em seus estudos, fonte e ano dos dados utilizados na verificação da relação entre o tamanho e desenvolvimento socioeconômico com o ID

Variáveis independentes	Definições	Autores que já utilizaram	Fonte	Período
População	Número de habitantes.	Queiroz et al. (2013); Leite filho, Andrade e Colares (2014)	IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)	2010
Produto Interno Bruto (PIB)	Soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos no município durante um período determinado.	Cruz <i>et al.</i> (2012)	FEE (Fundação de Economia e Estatística)	2012
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Medida para avaliar a qualidade vida e o desenvolvimento econômico de uma população.	Leite filho, Andrade e Colares (2014); Cruz <i>et al.</i> (2012)	PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)	2010
Índice FIRJAN	Acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego, renda, educação e saúde.	Queiroz <i>et al.</i> (2013); Cruz <i>et al.</i> (2012)	IFDM (Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal)	Edição 2014, ano base 2011
Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos municípios (IRFS)	Reflete anualmente o desempenho dos municípios sob a ótica, Fiscal, Social e de Gestão.	Cruz <i>et al.</i> (2012)	CNM (Confederação Nacional de Municípios)	2011
Receita orçamentária	Entrada de dinheiro nos cofres públicos de forma definitiva, incondicional e que acresça um elemento positivo no patrimônio do Estado.	Queiroz <i>et al.</i> (2013); Cruz <i>et al.</i> (2012)	FINBRA (Finanças do Brasil)	2014
Número de empresas	Empresas atuantes conforme estatísticas do cadastro central de empresas.	Souza, Boina e Avelar (2013)	IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)	2013

Fonte: Elaborada pelos autores

Com relação à confiabilidade, os dados foram coletados de informações oficiais geradas pela contabilidade pública de cada município, os quais estão sujeitos à aprovação do Tribunal de Contas, portanto, entende-se serem fidedignos.

3.1 Tratamento e Processamento dos dados

Em uma primeira etapa, os dados foram trabalhados sob a ótica da estatística descritiva, cujo objetivo é sumarizar o índice de *disclosure* por municípios e por grupo de informação. Posteriormente, com a utilização do *software*: SPSS 20.0® foram realizados os testes de normalidade e correlação, cuja finalidade é verificar a existência de relação entre o índice de *disclosure* e as características socioeconômicas dos municípios estudados.

Para averiguar a intensidade da associação entre as variáveis, utilizou-se inicialmente o teste de *Kolmogorov-Smirnov*, cujo objetivo foi verificar se os dados seguiam uma distribuição normal. Se o pressuposto de normalidade fosse atendido, a correlação de *Pearson* deveria ser utilizada, contudo, o pressuposto de normalidade não foi atendido, foi aplicado o teste não paramétrico de correlação de postos de *Spearman* (PESTANA E GAJERO, 2008). Por fim, a fim de analisar a existência de diferenças estatísticas entre as três microrregiões pertencentes à mesorregião, foi utilizado o teste não paramétrico de análise de variância *Kruskal-Wallis*, o qual permite analisar se há diferença entre os grupos (BISQUERRA; SARRIERA; MARTINEZ, 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Mesorregião Cento Ocidental Rio-Grandense possui 21 municípios com menos de 10.000 habitantes, os quais não possuem obrigatoriedade de manter um *website*, porém, todos têm sua página *online*. Os resultados da busca nesses *websites*, demonstrados através do Índice *Disclosure* são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Índice de *Disclosure* dos municípios da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense

Microrregião	Município	População	Índice de <i>Disclosure</i>
Microrregião de Restinga Seca	Agudo	16.722	0,344
	Dona Francisca	3.401*	0,250
	Faxinal do Soturno	6.672*	0,469
	Formigueiro	7.014*	0,188
	Ivorá	2.156*	0,250
	Nova Palma	6.342*	0,375
	Restinga Seca	15.849	0,375
	São João do Polêsine	2.635*	0,625
	Silveira Martins	2.449*	0,406
	Microrregião de Santiago	Capão do Cipó	3.104*
Itacurubi		3.441*	0,219
Jari		3.575*	0,438
Júlio de Castilhos		19.579	0,625
Pinhal Grande		4.471*	0,469
Quevedos		2.710*	0,219
Santiago		49.071	0,344
Tupanciretã		22.281	0,313
Unistalda		2.450*	0,313
Microrregião de Santa Maria	Cacequi	13.676	0,656
	Dilermando de Aguiar	3.064*	0,375
	Itaara	5.010*	0,313
	Jaguari	11.473	0,438
	Mata	5.111*	0,125
	Nova Esperança do Sul	4.671*	0,313
	Santa Maria	261.031	0,781
	São Martinho da Serra	3.201*	0,188
	São Pedro do Sul	16.368	0,281
	São Sepé	23.798	0,281
	São Vicente do Sul	8.440*	0,375
	Toropi	2.952*	0,281
Vila Nova do Sul	4.221*	0,406	

Fonte: Elaborado pelos autores.

*Municípios com menos de 10.000 habitantes

Dentre os municípios estudados, destacam-se: Santa Maria, Cacequi, Júlio de Castilhos e São João do Polêsine, devido ao seu ID ser maior que 0,6, isso indica que esses municípios efetuam a publicação de mais de 60% dos tópicos do *checklist*. Cabe destacar que dentre os 32 itens, apenas 13 são de divulgação compulsória, sustentados pela legislação. Por outro lado, 18 municípios apresentaram o ID muito baixo, caso de São Martinho da Serra, Mata e Formigueiro, cujo ID foi menor que 0,4, que equivale aos 13 documentos compulsórios. Ainda, em relação aos itens, buscou-se evidenciar o montante dos municípios que os disponibilizam (Tabela 3).

Tabela 3 - Informações divulgadas pelos municípios

Itens	Total dos municípios que apresentam	Percentual (%)
01- Informações sobre as instituições vinculadas ao Estado	29	93,54
02 - Informações sobre o perfil socioeconômico da população	15	48,38
II - Informações adicionais (evidenciação voluntária)		
03 - Informações sobre treinamento de funcionários	1	3,22
04 - Informações sobre programas de incentivo à cultura	14	45,16
05 - Informações sobre programas de assistência social	13	41,93
06 - Informações sobre transporte urbano	5	16,12
07 - Informações sobre processos licitatórios	29	93,54
08 - Informações sobre audiências públicas	14	45,16
III - Relatórios Adicionais (evidenciação voluntária)		
09 - Balanço Social	0	0
10 - Balanços em Correção Monetária Integral	0	0
11 - Relatórios da Auditoria e Controle Interno	3	9,67
IV - Situação Física e Financeira (evidenciação compulsória)		
12 - Montante dos tributos arrecadados	26	83,87
13 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	31	100
14 - Balanço Orçamentário	19	61,29
15 - Balanço Financeiro	5	16,12
16 - Balanço Patrimonial	7	22,58
17 - Demonstração das Variações Patrimoniais	14	45,16
18- Lei Orçamentária Anual – LOA	13	41,93
19 - Contratos, aditivos e comunicações ratificadas	20	64,51
20 - Relações mensais das compras	22	70,96
21 - Plano Plurianual	12	38,70
22 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	14	45,16
23 - Prestação de Contas e o respectivo Parecer Prévio	10	32,25
24 - Relatório de Gestão Fiscal	24	77,41
V - Informações Ambientais (evidenciação voluntária)		
25 - Informações sobre Impactos Ambientais: reciclagem	6	19,35
26 - Informações sobre Impactos Ambientais: descontaminação e recuperação de terras e águas	2	6,45
27 - Informações sobre Impactos Ambientais: conservação de recursos naturais	4	12,90
28 - Informações sobre despesas em investimentos ambientais	1	3,22
29 - Informações sobre Educação Ambiental	9	29,03

30 - Informações sobre incentivo e apoio a pesquisas ambientais	3	9,67
31 - Informações sobre reflorestamento	1	3,22
32 - Informações sobre políticas de tratamento de água utilizada e reutilização em processos	4	12,90

Fonte: elaborado pelas autoras (2015).

Os itens mais presentes são: relatório resumido de execução orçamentária, informações sobre as instituições vinculadas ao Estado, informações a respeito de processos licitatórios, montante de tributos arrecadados e relatório de gestão fiscal. Contrariamente, documentos como balanço social e balanços em correção monetária integral não foram identificados dentre os municípios estudados, porém, são considerados de divulgação voluntária.

Considerando os grupos (ver Tabela 4), o item III, que diz respeito aos relatórios adicionais foi o que em média, apresentou menor índice (apenas 3%), sendo que apenas três municípios apresentaram os relatórios de auditoria e controle interno. Da mesma forma, o grupo V (informações ambientais), também apresentou baixo índice de divulgação (12%), o qual indica que os municípios não divulgam informações ambientais referentes ao tratamento de água e resíduos, conservação de recursos naturais, impactos ambientais, entre outros.

Tabela 4 - Média de *disclosure* em relação aos grupos

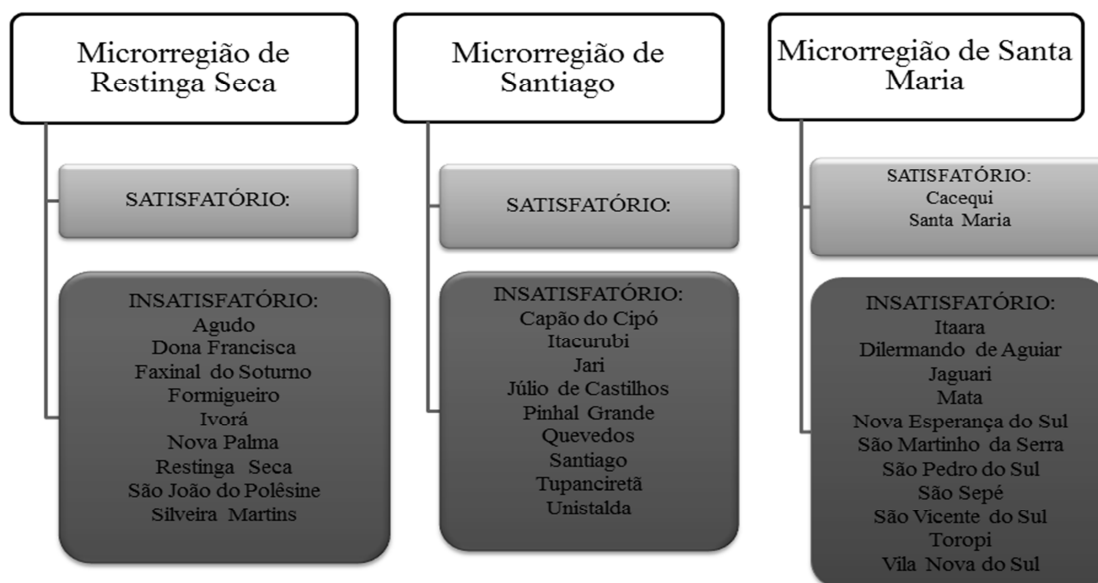
Grupos	Total	Municípios obrigados	Microrregião		
			Restinga Seca	Santiago	Santa Maria
I - Visão Geral (evidenciação voluntária)	71%	80%	72%	67%	73%
II - Informações adicionais (evidenciação voluntária)	41%	42%	44%	37%	41%
III - Relatórios Adicionais (evidenciação voluntária)	3%	7%	4%	0%	5%
IV - Situação Física e Financeira (evidenciação compulsória)	54%	64%	50%	59%	53%
V - Informações Ambientais (evidenciação voluntária)	12%	20%	13%	14%	11%

Fonte: elaborado pelas autoras (2015).

Em relação às informações adicionais (grupo II) o índice de evidenciação chegou próximo a 41%, porém destaca-se que quase todos os municípios disponibilizam informações a respeito de processos licitatórios. E ainda, em relação aos grupos I e IV, verificou-se um índice de 71% e 54%, respectivamente. Todavia, por consistir por documentos compulsórios, o grupo IV apresenta índice relativamente baixo. Informações semelhantes foram obtidas em Queiroz e outros (2013), no qual o grupo III obteve o menor índice dentre os grupos, porém, quanto ao grupo IV a média não ultrapassou os 16%, resultado bem abaixo do encontrado.

Buscou-se identificar, dentre os municípios estudados, quais deles publicam no mínimo os documentos de divulgação compulsória, conforme as microrregiões em que estão inseridos. Dentre os nove municípios que estão inseridos na Microrregião de Restinga Seca, nenhum deles publicou todos os documentos obrigatórios, porém, somente os municípios de Agudo e Restinga Seca são obrigados a manterem seus *websites* atualizados, e ainda, seus ID são baixos, 0,344 e 0,345 respectivamente, índices muito semelhantes aos outros municípios da mesma microrregião, que não possuem a obrigatoriedade (Figura 3).

Figura 1 - Evidenciação obrigatória na Microrregiões



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015)

O mesmo fenômeno pode ser observado na Microrregião de Santiago, que também possui nove municípios, dos quais nenhum tem desempenho satisfatório em relação à publicação dos documentos obrigatórios; porém, somente Júlio de Castilhos, Santiago e Tupanciretã possuem obrigatoriedade. Dentre esses três, Santiago e Tupanciretã apresentam um ID muito baixo, de 0,344 e 0,313 respectivamente.

Na Microrregião de Santa Maria, do total de 13 municípios, somente Cacequi e Santa Maria apresentaram resultado satisfatório, com ID de 0,656 e 0,781, respectivamente. Corrobora para esse resultado, o fato de ambos terem apresentados integralmente os documentos compulsórios. Quanto aos demais municípios, os resultados foram insatisfatórios no que tange aos documentos compulsórios; porém oito dos 11 municípios não são obrigados a manterem *websites*. Na etapa seguinte procederam-se as estatísticas descritivas das variáveis estudadas (Tabela 5).

Tabela 5 - Estatísticas descritivas

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ID	0,13	0,78	0,37	0,15
População	2.156	261.031	17.321	46.271
PIB	29.411,00	4.682.859,00	311.085,68	827972,64
IDH	0,63	0,78	0,70	0,04
Índice FIRJAN	0,56	0,77	0,65	0,06
IRFS	0,43	0,64	0,54	0,04
Receitas Orçamentárias	12.468.252,82	573.761.068,47	47.390.585,73	101.740.387,89
Número de empresas atuantes	48	10.985	669	.1953

Fonte: elaborado pelas autoras

O Índice de *Disclosure* obteve média de 0,37, demonstrando que o nível de transparência das informações públicas dos municípios estudados é baixo. Destaca-se que o menor índice (0,13), se refere ao município Mata. Por outro lado, o município que apresentou o maior índice (0,78) foi Santa Maria, corroborando com os estudos de Queiroz e outros (2013), Leite Filho, Andrade e Colares (2014), Souza, Boina e Avelar (2013), que verificaram que os maiores municípios, em termos de PIB e população, apresentaram os maiores Índices de *Disclosure*.

Tratando-se da população, do PIB, das receitas orçamentárias e do número de empresas atuantes, constatou-se que a amostra é bastante heterogênea, com grande variação quanto aos habitantes, PIB, receitas orçamentárias e número de empresas. Considerando o IDH, pode-se observar que a média do IDH da mesorregião é alta (entre 0,70 e 0,79). Em relação ao índice FIRJAN, observa-se que a mesorregião possui em média um desenvolvimento moderado, exceto os municípios de São Martinho da Serra, São Vicente do Sul, Itacurubi, Jari e Pinhal Grande que apresentam desenvolvimento regular, contudo, próximos do moderado, pois o mínimo é de 0,56. Já o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS), o qual é associado à responsabilidade fiscal e social dos municípios, demonstrou resultado baixo, pois os municípios de Dilermando de Aguiar, São Martinho da Serra, Quevedos e Tupanciretã possuem índices menores que 0,5, distante do que seria ótimo (valor 1).

Depois de analisadas as estatísticas descritivas, procedeu-se a verificação de existência de correlação entre esse conjunto de variáveis. Para tanto, foi realizado inicialmente o teste de Normalidade dos resíduos KS para avaliar qual a estimação mais adequada. A Tabela 6 apresenta os resultados e suas significâncias.

Tabela 6 – Resultado do teste de normalidade KS

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov ^a	
	Valor	Sig.
População	0,38	0,00
PIB	0,37	0,00
IDH	0,09	0,20*
Índice FIRJAN	0,16	0,04
IRFS	0,14	0,10*
Receitas Orçamentárias	0,37	0,00
Nº de empresas atuantes	0,41	0,00

Fonte: elaborado pelos autores.

* Nível de Significância de 5%.

Os resultados demonstraram que a hipótese nula de normalidade foi rejeitada para as variáveis população, PIB, Índice FIRJAN, receitas orçamentárias e número de empresas atuantes (*p-value* < 0,05), corroborando com os resultados de Avelino e outros 2011, que demonstrou a falta de normalidade nas variáveis população e receita. Em função da maioria das variáveis não apresentarem distribuição normal, optou-se por utilizar as estatísticas não paramétricas. Dessa forma, foi utilizada a correlação de *Spearman*, que não exige dados normalmente distribuídos e mede a intensidade entre os *ranks* em que as observações aparecem na amostra. Seus valores podem variar entre (-1) e (1), sendo que quando mais próximos de um, maior será a associação entre as variáveis, negativamente ou positivamente (PESTANA; GAGEIRO, 2008). Os resultados são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Correlação de *Spearman* entre o ID e as demais variáveis

Variáveis	ID	
	Corr.	Sig.
População	0,20	0,29
PIB	0,30	0,10
IDH	0,31	0,09**
Índice FIRJAN	0,25	0,17
IRFS	0,03	0,87
Receitas Orçamentárias	0,32	0,08**
nº. de empresas atuantes	0,27	0,15

Fonte: Elaborada pelas autoras.

** Nível de significância de 10%.

Deve-se destacar, inicialmente, que as únicas variáveis que apresentaram correlação significativa com o Índice de *Disclosure*, foram o IDH e as receitas orçamentárias, ambas ao nível de 10% de significância, corroborando com os achados de Cruz e outros (2012). Observou-se uma fraca correlação (0,31) e (0,32), mais ainda assim pode-se considerar que existe uma associação positiva entre o nível de informações disponibilizadas nos *websites* das prefeituras e o IDH, bem como com as receitas orçamentárias de um município.

Tratando-se separadamente de cada variável em análise, Queiroz e outros (2013) e Avelino e outros (2011), também constatam relação positiva entre receitas orçamentárias e o ID. Ademais, Leite Filho, Andrade e Colares (2014), observaram a relação entre a variável IDH e o ID. Contudo, os resultados encontrados na presente pesquisa vão de encontro aos resultados da pesquisa de Prado e Loureiro (2006), que concluíram que a transparência não está relacionada à capacidade orçamentária dos municípios, nem a fatores ligados ao IDH-M.

Destaca-se o fato de não ser encontrada relação do ID com a população e o número de empresas atuantes, pois conforme Souza, Boina e Avelar (2013), as variáveis relacionadas ao desenvolvimento comercial e ao porte do município, além do nível de serviços oferecido à população, apresentam relações significativas com a transparência municipal. Da mesma forma, esperava-se que o Índice FIRJAN se mostrasse significativo, o que não foi verificado.

Por fim, com o intuito de analisar se existem diferença de média entre as três microrregiões pertencentes à amostra, foi feito o teste KW, que apresentou qui-quadrado de 0,220 e significância de 0,896, indicando que não há diferença estatística entre as medianas, portanto, não se pode afirmar que, para o período estudado, o ID seja diferente entre as microrregiões estudadas.

5 CONCLUSÃO

O estudo tinha como objetivo avaliar o nível de transparência pública dos municípios pertencentes à Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense através do cálculo dos índices de *Disclosure* (ID), com a reaplicação do *checklist* baseado em Avelino *et al.* (2011). Para tanto, foram analisadas as informações contidas nos *websites* de cada município, examinando-se a disponibilização de informações referentes à situação física e financeira, visão geral, informações ambientais e afins.

Observou-se que todos os municípios analisados possuem um portal na internet, de acesso público, contudo nenhum deles possuía disponível todos os relatórios que o checklist utilizado contemplava. Apenas quatro dos 31 municípios estudados obtiveram ID maior que 0,6, sendo estes Santa Maria, Cacequi, Júlio de Castilhos e São João do Polêsine. Com exceção do último, esses municípios são de maior porte, apresentando a obrigatoriedade da disponibilização das informações (municípios com mais de 10.000 habitantes), porém isso nem sempre faz com eles apresentem os maiores índices, pois muitos municípios que não são obrigados pela lei, dispõem de informações bem mais completas e de fácil acessibilidade, caso de São João do Polêsine. Por outro lado, 18 municípios apresentaram o ID muito baixo, menor que 0,4. A partir disso, conclui-se que nem todas as informações que são julgadas úteis para o acompanhamento da população são disponibilizadas, além disso, em muitos casos as informações prestadas estão incompletas, defasadas, ou em linguagem muito técnica, o que pode facilitar casos de corrupção nas instituições.

Tratando-se das características socioeconômicas, como a população, PIB, receitas orçamentárias e número de empresas atuantes, encontrou-se heterogeneidade nos resultados, indicando disparidade nas características dos municípios. Constatou-se também, que mesmo que de forma moderada, pode-se considerar que existe uma associação positiva entre o nível de informações disponibilizadas nos websites com as receitas orçamentárias das prefeituras e o IDH. Além disso, não foi encontrada diferença no nível de transparência pública entre as três microrregiões estudadas.

De forma geral, foram encontrados indícios de que, em certas situações, os entes responsáveis pela transparência pública dos municípios utilizam linguagem técnica não acessível aos cidadãos com menores níveis de conhecimento, além de apresentarem dificuldade de busca dentro dos sites das prefeituras. Essa complexidade na apresentação das informações pode acarretar distorções na opinião política e na tomada de decisão dos indivíduos, uma vez que os mesmos acabam por formá-las a partir de percepções, não com base em dados reais. Em muitos casos, não há incentivo à população acessar as informações disponíveis, demonstrando que a devida divulgação não representa efetivamente o acesso. Sugere-se que sejam ampliados os meios de divulgação dessas informações, caso do desenvolvimento de campanhas e folders com linguagem mais acessível a todos os interessados.

Por outro lado, há de se considerar as dificuldades que os municípios, sobretudo os de pequeno porte, os quais apresentam condições limitadas associadas a déficits de capacidade administrativa, enfrentam em relação a burocracia exigida quanto aos relatórios, destacando que o exercício da gestão financeira em grande parte das prefeituras provém de servidores com níveis baixos de formação, em contraste com os municípios maiores.

Como limitações, têm-se o fato de os portais da transparência de alguns municípios estarem indisponíveis, o que fez com que fosse considerado que não eram disponibilizadas as informações pesquisadas, além disso, reconhece-se as limitações do instrumento de coleta de dados utilizado. Diante disso, para estudos posteriores, sugere-se a utilização de outros instrumentos para a mensuração do nível de transparência, além da expansão da amostra para um número maior de municípios, ou sendo possível, para todos os municípios do Rio Grande do Sul. Também, sugere-se a realização de estudos em profundidade nos municípios, visando identificar os fatores determinantes do esforço pela transparência das informações, assim como as limitações e dificuldades encontradas.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. A. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v.84, n.3, p.488-500, 1970.

ALLEBRANDT, S. L. **A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas públicas: a atuação dos conselhos municipais**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

ANDRADE, A; ROSSETI, J. P. **Governança Corporativa – Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARMSTRONG, E. **Integrity, Transparency and Accountability in Public Administration: Recent Trends, Regional and International Developments and Emerging Issues**, 2005. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan020955.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

AVELINO, B. C.; MARIO, P. C.; CARVALHO, L. N.; COLAUTO, R. D. Índice de disclosure nos Estados Brasileiros: Uma abordagem da Teoria da Divulgação. IN: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8., São Paulo, 2011. **Anais... USP**, 2011.

BAIRRAL, M. A. C.; FERREIRA, M. C.; BAIRRAL, L. F. A assimetria informacional e os pareceres prévios de auditorias dos tribunais de contas estaduais: uma abordagem reflexiva. **Pensar Contábil**. v. 14, n. 55, p. 14-23, set./dez. 2012.

BREMAEKER, F. E. J. **Reforma Tributária: Vantagem ou Desvantagem para os Municípios. Transparência Municipal**. Salvador, 2011. Disponível em http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/E2197D39-D92A-AA47-A921B9958CD4ACCE03102011094320.pdf&i=1543: Acesso em: 10 jun. 2017.

BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTINEZ, F. **Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CAMPOS, E.; PRADHAN, S. **Budgetary institutions and expenditure outcomes: binding governments to fiscal performance**. Washington: The World Bank, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNM. **IRFS**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/irfs>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

CRUZ, C. F. **Transparência da gestão pública municipal: um estudo empírico a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparência na gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n.1, p. 153-176, 2012.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, N 3. P-102-115, 2009.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL - FAMURS. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_content&view=Article&id=806:municipios-tem-problemas-para-fiscalizar-impostos&catid=14:receitas-municipais&Itemid=233>. Acessado em 08. jun. 2017.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFGF 2015 – Índice Firjan de Gestão Fiscal:** Ano base 2013 – Recorte Municipal, Abrangência Nacional. Rio de Janeiro, 2015, 24 p.

FONTES FILHO, J. R. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. **Anais...** Panamá: Centro Latino Americano de Administración para el Desarrollo, 2003.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Municípios**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>>. Acesso em: 04 jul. 2015

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

LAMBRIGHT, K. T. Agency Theory and Beyond: Contracted Providers' Motivations to Properly Use Service Monitoring Tools. **Journal of Public Administration Research and Theory**. London, v. 19, p. 207-227, 2008.

LEDERMAN, D.; LOAYZA, N. V.; SOARES, R. R. Accountability and corruption: political institutions matter. **Economics & Politics**, v. 17, n. 1, 2005.

LEITE FILHO, G. A.; ANDRADE, I. C. F.; COLARES, A. F. V. Transparência da Gestão Fiscal Pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 11., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2014.

PRADO, O; LOUREIRO, M. R. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, vol.13, n.3, p. 355-372, set/dez 2006.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para Ciências Sociais:** a complementaridade do SPSS. 5. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

PINHO, J. A. G. Accountability em portais estaduais e municipais no Brasil: realidades distantes das promessas. IN: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2. São Paulo, 2006. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2006.

PIRES, V.; TIBALI, L. R.; SOUZA, M. C. Transparência orçamentária municipal via web (TOM Web) após a Lei Complementar 131/09: os casos da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – 2010. ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: EnAPG, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx#>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

QUEIROZ, D. B.; NOBRE, F. C.; SILVA, W. V.; ARAUJO, A. O. Transparência dos Municípios do Rio Grande do Norte: Avaliação da Relação entre o Nível de Disclosure, Tamanho e Características Socioeconômicas. **Revista evidênciação contábil & finanças**. João Pessoa, v.1, n. 2, p. 38-51, jul./dez. 2013.

SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. Transparência na administração pública: o que mudou depois da Lei de Responsabilidade Fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA - ENAPG, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

SIEGEL, S.; CASTELLAN Jr, N.J. **Estatística Não Paramétrica para as Ciências do Comportamento**. São Paulo: Artmed. Bookman., 2006.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVEIRA, J. S. T; MOREIRA, A. P; ÀVILA, L. V; WEYH, C. B. Construção metodológica, aplicação e interpretação de um índice municipal de accountability. **Nucleus**, v. 10, n. 2, p 71-86, 2013.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO–SICONFI. **FINBRA Contas Anuais**. Disponível em:<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em:04 jul.2015.

SLOMSKI, V.; MELLO, G. R; TAVARES FILHO, F.; MACÊDO, F. Q. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo, Atlas, 2008.

SOUZA, A. A.;BOINA,T.M.;AVELAR,E.A transparência na administração pública: uma análise das variáveis que influenciam a divulgação de informações por meio da internet nos municípios brasileiros de médio porte. In: SEMEAD SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 16., 2013, São Paulo. **Anais...**Disponível em: <<http://semead6.tempsite.ws/16semead/resultado/trabalhosPDF/674.pdf> >. Acesso em: 2 jul. 2015.

TRINDADE, L. de L. **Determinantes da propensão ao endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião centro ocidental rio-grandense**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

VELOSO, J. F. A. V. UMA VISÃO INICIAL DOS SUBSISTEMAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. In: VELOSO, J. F. A. V. et al. (Org.). **Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília: Ipea, 2011.

VIEIRA, L. E. P. O. **Transparência e controle da gestão fiscal: a Lei Complementar nº 131/09 e sua regulamentação**. Goiás: Associação Nacional do Ministério Público de Contas, 2011.